

TURISMO E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL: CAMINHO DO VINHO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

Adriana Igreja

RESUMO

O turismo rural apresenta-se como uma atividade não-agrícola que possibilita a diversificação das atividades rurais e a valorização dos aspectos culturais que a vida no campo oferece. O meio rural está em constante transformação e requer um reconhecimento de sua multifuncionalidade, além da sua capacidade de produção de matérias-primas. O turismo rural acompanha essa transformação ao possibilitar a valorização do patrimônio cultural e da paisagem rural. Este presente artigo tem como objetivo contribuir no debate sobre o desenvolvimento da atividade turística frente às transformações do espaço rural, tendo como ponto de partida a realidade observada no Caminho do Vinho, roteiro de turismo rural em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, o qual possui como principais atrativos os aspectos da cultura italiana, herdada de seus imigrantes; e o modo de vida rural, incluindo a gastronomia e os produtos coloniais locais. Em busca de uma melhor abordagem do tema, o artigo traz uma breve discussão sobre a multifuncionalidade do espaço, assim como uma contextualização do debate atual sobre a cidade e o campo e o desafio em conceituar espaços tão dinâmicos e interligados. Tal discussão vem a contribuir no planejamento do turismo e no debate e reflexão acerca das alterações desencadeadas no território por uma nova dinâmica, onde o turismo se insere como parte integrante da multifuncionalidade do espaço rural.

Palavras-chave: turismo rural, Caminho do Vinho, espaço rural

INTRODUÇÃO

O turismo é apontado como um dos maiores fenômenos da atualidade, tendo apresentado significativo crescimento aquele desenvolvido em áreas rurais. Trata-se de uma relação causa-efeito de uma dinâmica humana, entre deslocamento e permanência, para além do aspecto econômico embutido na atividade. Sampaio (2005) afirma que é preciso incorporar ao debate científico acerca do tema outras racionalidades, além da utilitária econômica. Ao partir de um olhar cuidadoso do turismo, considerando suas implicações sociais, faz-se necessário uma leitura do território onde a atividade de desenvolve.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, período em que os processos de urbanização se intensificam no Brasil, a adequação da agricultura frente às novas exigências do desenvolvimento passa a ser debatido, polarizando opiniões de atores sociais e políticos com divergentes entendimentos e concepções sobre desenvolvimento rural. Trata-se de um momento em que é preciso entender o meio rural além da produção de

matérias-primas, um espaço que requer cada vez mais a diversificação de suas atividades e o reconhecimento de sua multifuncionalidade. Para Wanderley (2009), o grande desafio “consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agridam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades” (WANDERLEY, 2009, p. 43).

Diante deste contexto, o município de São José dos Pinhais, localizado na urbanizada região metropolitana de Curitiba - RMC, apresenta-se como um interessante caso a ser analisado, pois apesar da população rural representar apenas 9,5% da população municipal, sua pungente produção agrícola – 2º maior fornecedor de olerícolas da grande Curitiba – e sua herança cultural da imigração italiana, movimentam a cidade em torno dos produtos transformados tradicionais– como o vinho colonial – e do turismo rural, destacando o roteiro Caminho do Vinho.

A dinamicidade e a complexidade das relações da atividade turística no meio rural, somadas ao momento de intensa pressão urbana que ocorre em determinadas áreas de São José dos Pinhais, com destaque para a Colônia Mergulhão, onde se localiza o Caminho do Vinho, demonstra que o turismo rural se insere em um cenário onde é difícil definir quais são os reais impactos do turismo na região e até que ponto ele é o causador das transformações pelas quais a Colônia Mergulhão vem passando. De acordo com Cruz (2001), ao apropriar-se de espaços rurais o turismo impõe sua lógica de uso desses espaços ressignificando seus objetos, a despeito dos conflitos que possam surgir desse processo. Para a autora “a prática turística promove, em geral, a reorganização desses espaços para que ela possa acontecer” (CRUZ, 2001, p.20).

Dessa forma, com o fim de melhor analisar a prática, os estudos acerca do turismo necessitam extrapolar a dinâmica de mercado e considerá-lo como um fenômeno humano, multiforme, como afirma Knafou (2001), para perceber as relações existentes entre a atividade e os territórios.

Este presente artigo tem como objetivo contribuir no debate sobre o desenvolvimento da atividade turística frente às transformações do espaço rural, tendo como ponto de partida a realidade observada no Caminho do Vinho, roteiro de turismo rural localizado na Colônia Mergulhão, município de São José dos Pinhais.

Para alcançar tal objetivo, buscou-se responder o questionamento acerca do desenvolvimento do turismo rural diante desta nova configuração do espaço rural por meio de um estudo de caso, tendo como objeto de estudo o Caminho do Vinho, roteiro já consolidado na região metropolitana de Curitiba, Paraná. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica, visita a campo e entrevistas com lideranças locais. Em busca de uma melhor abordagem do tema, o artigo traz uma breve discussão da multifuncionalidade do espaço,

em seguida busca uma contextualização do debate atual sobre a cidade e o campo e aborda o desafio em conceituar espaços tão dinâmicos e interligados, para então conceituar o Turismo Rural na Agricultura Familiar e caracterizar o objeto de estudo aqui tratado, o roteiro de turismo rural Caminho do Vinho.

RURAL - UM ESPAÇO MÚLTIPLO

Para iniciar a construção do debate é preciso entender o meio rural além da produção de matérias-primas, trata-se de um espaço que requer cada vez mais a diversificação de suas atividades e o reconhecimento de sua multifuncionalidade, pois devido às transformações ocorridas no meio rural e na agricultura, já não é mais possível reduzir um ao outro. Para Schneider (2006), este fenômeno reforça o argumento dos cientistas sociais que afirmam que o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, enfim um espaço multifuncional.

Durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, os governos reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável” (SOARES, 2001). Aprofundando-se no estudo do tema, Cazella e Mattei (2002) afirmam que o rural associa-se à segurança alimentar, valorização do território, proteção e conservação do meio ambiente e da cultura local e manutenção de um tecido econômico e social rural. Sendo assim emergem novas atividades rurais além da esfera de produção e ganha força o debate sobre as “novas ruralidades”, rompendo com a concepção produtivista tradicional.

Desta forma, o rural passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo de produção, mas como lugar de sociabilidade que aciona novas redes sociais que no seu processo de revalorização podem envolver a diversificação da produção, o aparelhamento tecnológico, a democratização da organização produtiva e agrária, assim como, o fortalecimento do turismo rural (RUA, 2006).

A CIDADE NO CAMPO

Em termos de mensuração quantitativa da população urbana e rural no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991, a qual classifica como domicílios urbanos os que estão situados nas cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou nas áreas isoladas. Toda a área situada fora desses limites é considerada rural. Tendo em

vista, que a delimitação destas áreas é de responsabilidade do município que possui autonomia para delimitar seus espaços.

Existe uma tendência em considerar a cidade e o campo como coisas distintas, um como o espaço da agricultura, e o outro como o espaço das indústrias e serviços. Porém, atualmente estas realidades estão diretamente interligadas e já não podem mais serem vistas de forma dualista, sendo que o rural apresenta-se com grande dinamismo e com estreito vínculos com o urbano (RODRIGUES, 2002). Assim os critérios puramente espaciais para definição do urbano e rural, como o utilizado pela PNAD já não conseguem abarcar tamanha complexidade do cenário atual. O Caminho do Vinho serve como um exemplo de como esta definição pode ser rasa, pois o roteiro está localizado muito próximo ao centro urbano e seus arredores apresentam-se com cada vez mais elementos urbanos, como a intensificação da presença de estabelecimentos comerciais e industriais, alterando a paisagem e a dinâmica local. Porém, ainda assim, preserva aspectos do modo de vida rural, sustentando a proposta do roteiro turístico.

As mudanças ocorridas no campo e nas cidades alteraram as dinâmicas desses espaços. Se nas décadas de 1960 e 1970, muitas pessoas saíram do campo e foram para a cidade em busca de emprego nas indústrias que se erguiam no entorno das médias e grandes cidades, agora, algumas décadas depois, muitos destes trabalhadores, ex-agricultores, começam a retornar ao campo e às suas raízes. Da mesma forma, alguns moradores urbanos procuram pelas áreas rurais nas mediações das cidades em busca de qualidade de vida. Ambas as situações resultam na caracterização dos neo-rurais, não só como moradores pura e simplesmente, mas também como articuladores de novas atividades no campo (RODRIGUES, 2002).

Uma leitura que rompe com a visão dualista rural-urbano é realizada por Santos (2005), ao colocar que o território brasileiro estaria dividido em dois grandes subtipos: regiões agrícolas e regiões urbanas - não se tratado mais de “regiões rurais e de cidades” (SANTOS, 2005, p. 73). No primeiro, os nexos essenciais devem-se a atividades de natureza produtivas, sendo que as regiões agrícolas também contêm cidades. Já as regiões urbanas estão conectadas com as relações mais complexas, em que as atividades secundárias e terciárias da economia comandam a dinâmica econômica e social.

Corroborando com Santos (2005), em uma análise mais complexa dos espaços, Rua(2006) afirma que se faz necessária uma análise oposta àquela fundada em dois pólos distintos, rural e urbano, retomando a ideia de um espaço híbrido, considerando um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo que se a pureza na distinção entre rural e urbano um dia existiu, atualmente já não se percebe mais.

TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

A presença predominante da agricultura familiar no meio rural brasileiro e o expressivo número de empreendimentos e atividades turísticas a ela vinculadas, fez surgir um forte movimento em torno do turismo empreendido por agricultores familiares. A agricultura familiar é concebida a partir da unidade de produção onde a família é a proprietária dos meios de produção ao mesmo tempo em que assume o trabalho no estabelecimento produtivo e organiza a produção. O Turismo Rural na Agricultura Familiar segue os requisitos da Lei 11.326, ou seja: a mão-de-obra é majoritariamente familiar; a gestão do estabelecimento cabe à própria família; a área da propriedade não supera 4 módulos fiscais; a principal fonte de renda da família se origina de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento (HENRÍQUEZ, SAMPAIO, ZECHNER, 2009).

A agricultura familiar protagoniza atualmente o processo de expansão do turismo rural enquanto alternativa de renda e diversificação das atividades produtivas, o que gera alterações na dinâmica do território e das famílias. Porém, como posto por Almeida (1999), é fundamental na análise e planejamento da atividade turística saber se o turismo rural pode se constituir de fato em um dinamizador das áreas rurais.

O turismo pode tanto causar efeitos e impactos positivos, quanto negativos em espaço rurais e suas comunidades, para realizar essa avaliação é preciso ir além de uma análise puramente utilitarista em que muitas vezes uma atividade econômica tem sobre o espaço. Trata-se aqui de um processo de mudança com repercussões nas esferas sociais, culturais, econômico e ambiental que afeta o modo de vida das pessoas e o território onde ele se realiza (SCHNEIDER, 2006).

Schneider (2006) considera que alguns elementos devem ser levados em consideração ao se desenvolver o turismo em áreas rurais, primeiramente seria a consciência de que a atividade turística demanda intervenções sobre as relações sociais e produtivas, as quais precisam ser respeitadas em sua essência. O segundo elemento apontado pelo autor é a forma como a atividade é proposta em comunidades rurais quanto ao mercado, referindo-se à abordagem mercantilista a qual concebe o agricultor como um empreendedor, orientado por uma lógica de maximização de oportunidades, “em se tratando de atividades de turismo empreendidas por famílias ou pequenos grupos situados em comunidades rurais esta concepção geralmente não passa de uma panacéia” (SCHNEIDER, 2006, p.8).

Outro importante aspecto a considerar é que o turismo rural, apesar de suas potencialidades de geração de renda e ocupação, é uma atividade seletiva que faz parte de uma dinâmica territorial muito mais complexa, ou seja, os investimentos de capital, energia e

peças por parte dos produtores e agricultores precisam ser pensadas na perspectiva das cadeias de produção de uma propriedade, onde o turismo não é a principal, mas sim uma atividade complementar em uma propriedade rural (SCHNEIDER, 2006).

O turismo apresenta-se como um elemento transformador do território e pode vir a ser uma proposta de valorização do espaço e do modo de vida local considerando o uso múltiplo do espaço, a economia e a sociabilidade rural e respeitando as especificidades territoriais.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO - CAMINHO DO VINHO

O município de São José dos Pinhais está localizado na Região Metropolitana de Curitiba, a 19 km da capital. Possui 264.210 habitantes, sendo que 9,5% da população está na área rural (IBGE, 2010). São José dos Pinhais é integrante da Região Turística Rotas do Pinhão/Curitiba e Região Metropolitana que tem como destaque o turismo rural. Aproximadamente a 10 km do centro de São José dos Pinhais situa-se a Colônia Mergulhão, a qual está inserida em sua totalidade na planície da porção média da bacia hidrográfica do Rio Pequeno, um dos mais importantes mananciais de abastecimento da região.



Fonte: IPARDES, 2013

A Colônia Mergulhão faz parte do cinturão verde de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba e a produção é predominantemente familiar. A cultura local é fortemente marcada pela herança italiana dos imigrantes vindos da Região de Vêneto, Norte da Itália, os quais se estabeleceram na região entre 1870 e 1920 (SOUZA *et al.*, 2008). Algumas tradições italianas estão fortemente presentes nos hábitos alimentares da

comunidade e principalmente na fabricação do vinho artesanal. A existência dessas expressões culturais italianas inspirou a criação de uma rota turística no final dos anos 1990, denominada Caminho do Vinho.

O potencial turístico da região foi identificado por meio de um inventário realizado pela Prefeitura em 1998, visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do município. A Colônia Mergulhão já atraía visitantes devido aos pesque-pague existentes e a comercialização de vinhos. Após a realização do inventário turístico, o Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo elaborou um projeto que previa a adequação da infraestrutura local, a restauração das características arquitetônicas das residências, a produção de vinho, a criação de um grupo folclórico, de aulas do idioma italiano dentre outras ações, objetivando a valorização do patrimônio histórico-cultural (TONIETTO, 2005).

A proposta do projeto do Caminho do Vinho foi apresentada em 1999 para a comunidade rural pelo poder público municipal. Os agricultores passam a aderir à proposta por representar uma alternativa para melhoria de renda. Em seus estudos sobre a Colônia Mergulhão, Tonietto (2005, p.70) afirma que muitas das iniciativas de participação no projeto turístico, as quais “não podem ser atribuídas à articulação ou à demanda dos agricultores”, passam a atrair o interesse dos filhos dos responsáveis pelas propriedades, os quais, em alguns casos, retornam de outras atividades urbanas e voltam a desempenhar ocupações rurais nos estabelecimentos dos pais, sejam elas agrícolas ou não agrícolas.

Em 2004 foi criada a Associação Caminho do Vinho – Colônia Mergulhão (ACAVIM) com o intuito de organizar os agricultores envolvidos no roteiro. Atualmente a Rota de Turismo Rural Caminho do Vinho abrange 44 propriedades rurais da Colônia Mergulhão e arredores. Inclui estabelecimentos de diversas atividades, tais como: restaurantes e cafés coloniais, chácaras de lazer, colha e pague, minhocário, pesque-pagues e pousadas. O roteiro ainda possui edificações típicas da colonização italiana, bem como de outras influências, consideradas de valor histórico.

O Caminho do Vinho é tido como um dos principais produtos de turismo rural da região metropolitana de Curitiba e está em um nível um pouco mais avançado de organização associativa que muitos dos demais roteiros regionais. Percebe-se um crescimento no número de empreendimentos turísticos, entretanto, alguns representantes da ACAVIM questionam a descaracterização do roteiro por parte de empreendimentos de eventos e lazer desvinculados com a proposta inicial. Outro ponto que vem sendo questionado é a alteração na paisagem local, tendo que alguns desses empreendimentos são grandes construções que em muito se diferenciam das propriedades rurais e do casario dos antigos colonos italianos.



Imagem 1: Portal Caminho do Vinho
Fonte: ACAVIM
www.caminhodovinho.tur.br



Imagem 2: Casario colonial
Fonte: ACAVIM – www.caminhodovinho.tur.br



Figura 1: Mapa do Caminho do Vinho
Fonte: ACAVIM – www.caminhodovinho.tur.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente urbanização, o espaço rural também se transforma, modificando suas formas de produção e de relacionamento com os centros urbanos, os quais se tornam cada vez mais próximos, incitando debates sobre o que seria urbano e o que seria rural de fato. Tal discussão não foi aprofundada no presente artigo, mas pode indicar importantes caminhos sobre como o turismo pode se apresentar como uma ferramenta de valorização de um espaço em constante transformação.

O turismo rural apresenta-se vinculado aos produtos locais e ao valor da identidade cultural local, permitindo aos visitantes desfrutarem de experiências genuínas, em cenários

dotados de beleza e cultura. Porém, muitas vezes, estas comunidades enfrentam dificuldades em conciliar a preservação do patrimônio natural e cultural locais com a demanda por serviços e produtos especializados, tendo em vista que o território rural possui suas especificidades que precisam ser consideradas e o turismo, certamente, implicará em transformações territoriais, em um âmbito espacial e social (TARLOMBANI, 2013).

Tal contradição pode ser notada no Caminho do Vinho, uma vez que as manifestações culturais do local, herança dos colonizadores italianos, constituem o maior atrativo do roteiro conjuntamente com a ruralidade local. Porém, o turismo ao se apresentar como uma atividade lucrativa e que valoriza os lotes e terrenos na Colônia Mergulhão, atrai investidores externos e grandes empreendimentos, tais como espaços para eventos e chácaras de lazer, os quais incrementam a oferta turística que, cada vez mais, se distancia da proposta inicial do roteiro de valorização da cultura local e vida no campo.

Diante do exposto cabe a reflexão se a atratividade do Caminho do Vinho vai também se transformar, assim como o espaço rural se transforma, ou se o público visitante, atraído pelos produtos e gastronomia locais e pela paisagem bucólica buscará outros destinos mais isolados e distantes, sendo que a urbanização intensa já é vizinha próxima da Colônia Mergulhão. As mudanças do espaço rural estão em curso - e não se constituem num processo único - ao mesmo passo que os produtores e empreendedores locais se adaptam a essa dinâmica e posicionam seus produtos típicos diante das novas opções que surgem no Caminho do Vinho. Essa discussão vem a contribuir no planejamento do turismo e no debate e reflexão acerca das alterações desencadeadas no território por uma nova dinâmica, onde o turismo se insere como parte integrante da multifuncionalidade do espaço rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços**. In: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Anais. Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 1999

CAZELLA, A.A. e MATTEI, L.F. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais**. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, VI, Porto Alegre, 2002. Anais. Buenos Aires: ALASRU, 2002. 1 CD-Rom.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001

IPARDES. **Caderno Estatístico - município de São José dos Pinhais**. IPARDES, Curitiba, 2013.

HENRÍQUEZ, C.; ZECHNER, T. C.; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo y sus Interacciones en las Transformaciones del Espacio Rural**. IN: III CONGRESO DE INVESTIGADORES EN TURISMO DE CHILE/Mesa Planificación y Desarrollo Turístico del Gestión del Conocimiento Científico para la Sustentabilidad del Turismo.Anais..., Valparaíso: Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, 2009. Prelo (tradução)

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 62-75.

RODRIGUES, A.B. **Lazer e espaço na cidade pós-industrial**. Belo Horizonte: Licere, 2002, p.149-164.

RUA, J. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades**. In: Revista da Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006.

SAMPAIO, C.A.C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no Brasil. Proposta de tipologia e sugestão de políticas**. Anais do XLIV Congresso da Sober, Fortaleza, 2006.

SOARES, A. C. **Multifuncionalidade na agricultura familiar**. In Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar. ActionAid Brasil, 2001.

SOUZA, O.T; et al. Políticas de desenvolvimento rural, produção e preservação ambiental: diálogo efetivo entre sociedade e natureza ou parasitismo mútuo de linguagem? **Tempo de Ciência**, Toledo, v. 29, 147-167, jan/jun 2008.

TARLOMBANI, M.A.S. **Turismo no espaço rural**: conceitos e práticas turísticas. Curitiba, 2013 (artigo a ser publicado).

TONIETTO, M. **Colônia Mergulhão**: o sentido da tradição na ruralidade contemporânea. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WANDERLEY, M.N.B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. IN: PETERSON, P (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.